

COMPETITIVIDADE DO BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS MINERAIS

Cristiani Alves da Cunha Faria

Bolsista de Inic. Científica, Geografia (Bacharelado e Licenciatura ,
UFRJ)

Gilson Ezequiel Ferreira
Orientador, Tecnologista , DSc.

RESUMO

Com a crescente internacionalização das economias, o estudo da competitividade dos países tem preocupado nos últimos anos as autoridades econômicas mundiais e os estudiosos da teoria econômica.

Após a Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos e a URSS discutiam os problemas mundiais em termos bipolares, e suas rivalidades os levaram a uma crescente corrida armamentista. Porém, nas últimas décadas , o equilíbrio das forças alterou-se com incrível rapidez. A Europa recuperou-se dos prejuízos da guerra e primeiramente como CEE (Comunidade Econômica Européia) e atualmente como UE (União Européia), tornou-se uma das maiores unidades comerciais do mundo.

A parcela do Terceiro Mundo na produção de manufaturados e no PIB

mundial, que na década posterior a 1945, tinha declinado, vem-se expandindo. A República Popular da China está avançando em um ritmo bastante acelerado com taxas de crescimento próximas de 10% no último decênio.

O resultado destes novos acontecimentos é uma nova ordem mundial de progressiva internacionalização da vida econômica, tendente a favorecer a concorrência, na qual é posta em prática a capacidade competitiva das empresas nacionais e das empresas.

Diante destes novos desafios, o Brasil deve envidar esforços no sentido de revitalizar seus recursos de uma maneira geral, e principalmente os ligados à mineração, para competir em igualdade de condições no mercado internacional.

1. INTRODUÇÃO

A competitividade no Brasil está condicionada e associada à estrutura sócio-econômica-financeira da nação e tem por base, entre outros, os seguintes vetores:

- quadro institucional
- padrão de especialização
- infraestrutura
- tecnologia de produção

Para melhorar a competitividade da indústria brasileira é imprescindível a liberalização do comércio externo com a eliminação do excesso de burocracia e das distorções nos sistemas tributário e tarifário.

A competitividade de um país leva em conta alguns itens :

- estabilidade financeira
- sofisticação do mercado acionário
- infraestrutura e carga tributária
- taxa de câmbio
- burocracia oficial e estabilidade política.

Índices comprovam que o Brasil ainda não é uma economia internacionalmente competitiva e que quase todas as instituições econômicas nacionais, ainda são deficientes. Um forte indicativo do fraco desempenho econômico pode ser observado nas exportações

brasileiras, onde o movimento do comércio exterior girou em torno de US\$ 50 bilhões, enquanto um país das dimensões da Coréia do Sul movimentou quase US\$ 200 bilhões em 1999.

2. OBJETIVOS

Esse estudo visa compreender a dinâmica do comércio internacional brasileiro, a competitividade do Brasil em relação ao setor mineral no comércio internacional e suas tendências futuras. Será tratada em especial a situação do minério de ferro brasileiro no comércio mundial.

3 - A NOVA ORDEM NA ECONOMIA MUNDIAL

3.1 - Considerações gerais

A globalização refere-se a um processo amplo de crescente integração de economias, culturas e relações sociopolíticas entre países que vem afetando todas as regiões do planeta, em todas as dimensões da vida social das nações. Esse fenômeno é um processo de aceleração econômica jamais visto, em que o produtor vai comprar matéria-prima onde quer que ela esteja e instalar suas fábricas onde os custos são menores, independentemente de nacionalidade. A grande indústria encaminha-se segundo suas conveniências de custo ao redor do mundo, assim como o comércio e as finanças passam acima das fronteiras nacionais.

O crescimento do comércio internacional, nos últimos anos, ocorreu de maneira vertiginosa não sendo acompanhado pelo PIB das nações. Com os modernos sistemas de comunicações conectam-se instantaneamente pontos distantes do planeta, tornando as distâncias irrelevantes para as transações comerciais.

Tabela 1 - Evolução da produção e comércio

Anos	1950	1960	1973	1980	1990	1997	1998
------	------	------	------	------	------	------	------

Produção (PIB)	100	150	370	400	500	600	700
Comércio	100	160	600	700	1100	1800	2100

Nota: 1950 = 100

Fonte: INTERNATIONAL MONETARY FUND. Statistics Yearbook. Washington, FMI, Direction of Trade, 1999.

Tabela 2 - Evolução percentual da produção e comércio internacional

Períodos	1950 - 80	1980 - 98
Produção	400%	50%
Comércio	700%	260%

Fonte: INTERNATIONAL MONETARY FUND. Statistics Yearbook. Washington FMI. Direction of Trade, 1999.

O relacionamento econômico entre os povos é um processo que começa na pré-história e a tendência à globalização manifesta-se desde que a primeira aldeia fez o contato com a aldeia vizinha, ou em momentos mais empolgantes, por exemplo, quando os portugueses e espanhóis descobriram as novas terras no ocidente.

O resultado desses novos acontecimentos é a nova ordem mundial em que as economias nacionais perdem suas importâncias relativas. "Países se estilhaçam, blocos regionais de comércio crescem, a economia global torna-se cada vez mais interconectada", afirma em seu livro, "O Futuro do Capitalismo", o economista americano Lester Thurow, professor do MIT - Massachusset Instituto of Technology. Os governos não conseguem mais deter os movimentos do capital internacional e estão perdendo a capacidade de proteger o emprego.

O que se vê, atualmente, é o Estado sem capital para investir e as corporações empresariais com grande estoque de capital. Assim, as dez maiores corporações mundiais - Mitsubishi, Mitsui, Itochu, Sumimoto, General Motors, Marubeni, Ford, Exxon, Nissho e Shell faturaram mais de US\$ 1,5 trilhão em 1998. Metade do patrimônio desses grupos representados por prédios, máquinas, laboratórios e mais da metade dos funcionários estão sediados fora do país de origem e 60% do faturamento é também obtido em países estrangeiros (GONÇALVES, 1998).

O valor do comércio mundial de bens e serviços ultrapassou US\$7 trilhões em 1997, tendo os países desenvolvidos participado com cerca de 70% (MENDONÇA, 1997).

A força das corporações econômicas e sua atuação geográfica mudam o enfoque do jogo econômico, decidindo, basicamente, o que, como, quando e onde produzir bens e serviços. É discutível se a globalização é saudável economicamente, porém é indiscutível que ela peca, no que diz respeito às políticas sociais. Mas de imediato, os países mais avançados são beneficiados com a expansão dos mercados.

Por sua parte, os países subdesenvolvidos são induzidos a abandonar sua identidade, o sentido de nacionalidade, os instrumentos de política adequada às suas características, abrindo mão o Estado do poder regulador.

O processo de globalização está evoluindo rapidamente e torna-se impossível avaliar as conseqüências que trará, mas a primeira que se faz sentir, em ritmo veloz, é o desemprego.

3.2 - A globalização no Brasil

No Relatório 2000 sobre a pobreza, divulgado pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento o Brasil voltou a merecer destaque negativo. Além de ficar com o pior lugar na participação da população de baixa renda no consumo e na riqueza nacional, o país é criticado pela péssima distribuição de renda, o que explica, segundo o relatório, a persistência do nível da pobreza

brasileira. Os 20% mais pobres ficam com 2,5% da renda e do consumo nacional, menos que os da África do Sul ou do Senegal, por exemplo. O nível de pobreza brasileiro, 16%, segundo o PNUD, não se compara porém, aos países africanos, que na região sub-saariana têm metade da população abaixo do nível de pobreza. A percentagem de pobres brasileiros continua, entretanto, maior que a da Colômbia, 11% , e do Chile, 5%. É a mesma que a do Paraguai e das Filipinas.

Embora o nível de pobreza nacional tenha sofrido uma redução, de 21% em 1994 para 16% em 1999, permanece no mesmo patamar do final dos anos 70, observa o relatório. O agravante do problema brasileiro, segundo o relatório, é que a distribuição dos gastos sociais também é desigual, e acaba beneficiando as classes médias e ricas.

As desigualdades são também regionais e raciais. A pobreza concentra-se principalmente entre os negros e os moradores do campo. Há fortes desequilíbrios entre as regiões do Brasil, o Nordeste concentra 62% dos pobres brasileiros, embora tenha apenas 30% da população total (WORLD BANK, 1999). O relatório do Banco Mundial mostra que o Brasil tem um dos maiores dispêndios da América Latina com educação, saúde e previdência.

4. TENDÊNCIAS DA MINERAÇÃO MUNDIAL

A indústria extrativa mineral na economia globalizada tornou-se, nos últimos anos, muito competitiva, principalmente, em função:

- da entrada no mercado mundial dos estoques da ex-URSS e países do Leste Europeu;
- da colocação no mercado internacional dos estoques estratégicos dos EUA com o fim da guerra fria;

- do crescimento da reciclagem e da substituição de metais por novos materiais ou materiais alternativos;
- das legislações ambientais mais rígidas, deslocando a mineração para os países emergentes.

Os países da América do Norte, notadamente EUA e Canadá, procuraram desestimular a indústria extrativa mineral na década de 90 adotando uma série de medidas como seguem:

- desativação de parte do *U.S. Bureau of Mines* em 1995;
- reforma da "*General Mining Law*" de 1872, com imposição de um *royalty* sobre empresas de mineração;
- fusão do *American Mining Congress* com o *National Coal Association*, dando lugar à *National Mining Association*;
 - aquisição de várias empresas de mineração americanas pelo capital estrangeiro;
 - a defesa da mineração no congresso americano se restringiu na representação de uns poucos estados do oeste;
 - a negativa sistemática do governo americano na liberação de terras públicas para atividades de mineração;
 - a redução do estoque estratégico de bens minerais do governo americano;
 - a criação de divisões, para tratar de minas abandonadas em departamentos provinciais do Canadá;
 - a instituição pelos governos provinciais do Canadá do depósito de caução pelas empresas de mineração, para fazer face às despesas com o fechamento de minas ;

- a falta de interesse da maioria das empresas de mineração americanas na privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

As consultorias internacionais costumam elaborar *rankings* de países onde são levados em conta a taxa de risco, a legislação mineral, o potencial do subsolo e do mercado, dentre outros. O *Mining Journal*, publicação de reconhecida reputação no setor mineral mundial, indica países da América do Sul como os mais interessantes para receber investimentos minerais. Em 1996 estes receberam o aporte de capital de mais de US\$11 bilhões.

Na América do Sul, o Chile mantém-se na dianteira entre os países alvos dos investidores internacionais, por várias razões. Desde 1993 o país vem mantendo uma média real de 7% de crescimento do seu PIB, o investimento privado dobrou, o investimento direto estrangeiro quase triplicou, e a inflação foi mantida em um patamar de 6% em 1997, além é claro, do potencial mineral do país. Dados oficiais apontam, por exemplo, um potencial de cobre correspondente aproximadamente a 32% das reservas mundiais conhecidas. Entre 1985 e 1994, a reserva conhecida de cobre cresceu mais que 30%, e a sua reavaliação, em 1998, permite garantir pelo menos mais de 100 anos de mineração, mantida a escala de produção atual.

Para a Argentina, segunda colocada no *ranking*, há a expectativa de consolidação dos projetos implantados há alguns anos e até mesmo o crescimento da atividade, embora sem o mesmo vigor do processo que se iniciou em 1991 e alcançou seu auge em 1997. Na década de 90, a Argentina retomou alguns projetos minerais, a princípio através das *junior companies* e, também, das empresas nacionais. Desde esta época, o país vem sendo considerado estável política e economicamente, criando ambiente favorável para o desenvolvimento da mineração auto sustentada.

Apesar da queda nos preços internacionais do cobre e do ouro, o Peru contabilizou o aumento de 8% no valor da produção mineral, elevando-a ao patamar de US\$ 3 bilhões em 1997. Além disso, o país soube contornar os problemas políticos internos e consolidou o processo de privatização, ainda em curso, que já transferiu ao setor privado grandes propriedades mineiras de porte. A expectativa é que

toda a produção mineral do país esteja sob responsabilidade da iniciativa privada, até o ano 2001. Por outro lado, o déficit orçamentário na balança comercial resultante do aumento das importações, vem sendo compensado pelo aumento consecutivo do PIB nos últimos cinco anos.

O processo de realocação da indústria mineral, em direção aos países em desenvolvimento, deverá prosseguir nos próximos anos, em direção aos países asiáticos, principalmente a China. Essa região dinâmica da Ásia, incluindo o Japão, tem mostrado rápida recuperação em sua economia. A demanda por minerais nessa região deverá crescer e a expectativa do Banco Mundial é de que a região dobre os níveis de consumo mineral nos próximos 10 anos (WORLD BANK, 1999).

5. TENDÊNCIAS DA MINERAÇÃO NO BRASIL

A produção mineral brasileira é pequena, levando-se em conta o território nacional, ainda com imensas áreas prospectáveis. Apesar de possuir um grande potencial, o país não teve, ao longo de sua história, políticas públicas constantes para o desenvolvimento da mineração nacional. O Brasil, assim como a maioria dos países em desenvolvimento, não possui uma consolidação das diretrizes da sua política mineral. Parte da política mineral brasileira é retratada na legislação mineral e a outra aparece sob a forma de atos administrativos, normas, portarias e outros instrumentos que configuram a ação do Estado nesse particular. Com a falta de uma política consistente para o desenvolvimento mineral, ainda nos dias de hoje, identifica-se, no país, um descompasso no atendimento às necessidades de consumo, determinando dependência de importações.

Em uma política para o desenvolvimento mineral, há que se levar em conta que ela é instrumento de governo que visa, através de

ações próprias, alcançar objetivos previamente planejados, escolhidos pela sua oportunidade e conveniência. Assim, não é de estranhar que as nações desenvolvidas considerem sua política mineral como questão de soberania nacional. Tanto nas economias centralizadas, como nas de livre mercado existe interferência do Estado na sua definição, desde os programas de prospecção geológica e de suprimento de bens minerais até os mecanismos de preços e de estoques reguladores. O Brasil está, sem dúvida, entre os países com maior potencial mineral do mundo; no entanto, sua produção mineral precisa crescer em bases ecologicamente sustentáveis para se colocar na vanguarda mundial dos países mineradores.

6 -COMÉRCIO EXTERIOR DO SETOR MINERAL

A balança comercial do setor mineral, em 1999 acusou um *superávit* de US\$ 496 milhões considerando-se inclusive petróleo e gás natural, como pode ser constatar na tabela 3.

O comércio internacional de bens de origem mineral realizado pelo Brasil, em 1999, com aproximadamente 180 países, decresceu 5,4%, alcançando US\$ 19.616 milhões. O País exportou para 166 parceiros e importou de 117; obteve saldo positivo com 118 países e saldo desfavorável com 62, segundo o DNPM.

Tabela 3 - Comércio Exterior Mineral - 1995/99 - milhões de US\$

	1995	1996	1997	1998	1999
Importação	9,446	11,005	11,855	9,945	9,560
Exportação	10,848	11,355	11,110	10,805	10,058
Saldo	1,402	350	-745	860	496

Fonte : DNPM

Nota : Inclui petróleo e gás

Os grandes importadores de produtos minerais brasileiros têm sido nos últimos anos os Estados Unidos com cerca de 25% do total exportado, seguidos do Japão com 10%, Argentina com 10% e Alemanha com 6%.

Pelo lado dos países fornecedores, destacam-se também os Estados Unidos que nos últimos 5 anos exportou 12% do total importado pelo Brasil, Argélia 9%, Argentina com 9%, Venezuela US\$ 908 milhões e Nigéria 7%.

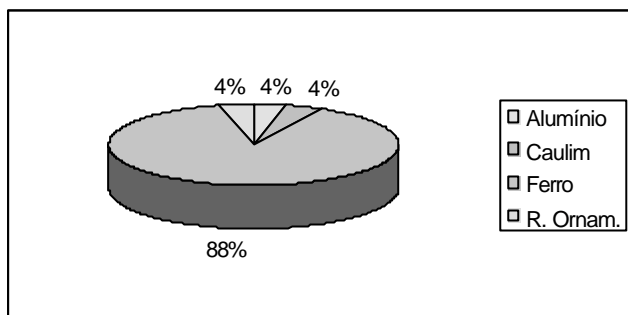
Ainda segundo dados do DNPM o valor exportado do setor mineral em 1999 foi de US\$ 10.058 milhões, inferior em 7,0% ao registrado em 1998.

Em 1999, as exportações de bens minerais primários atingiram US\$ 3,3 milhões permanecendo sem grandes variações no triênio 1997-1999, representando cerca de 30% do total. Nesse contexto, o minério de ferro foi o principal item da pauta, participando com 82,6% da receita gerada. Do total dos bens minerais exportados, apenas quatro (alumínio, caulim, ferro, rochas ornamentais) correspondem a 93,2% do valor da pauta da exportação mineral. O segmento manufaturados e compostos químicos vem baixando sua participação no total das exportações do setor mineral. Em 1997 estes representavam 75% do total, caindo em 1998 para 70% para atingir a 66% em 1999.

Nos gráficos seguintes pode-se ter uma visualização das exportações minerais brasileiras em 1999, segmentadas em bens primários, semimanufaturados, manufaturados e compostos químicos (os gráficos desconsideram o valor de outras substâncias minerais).

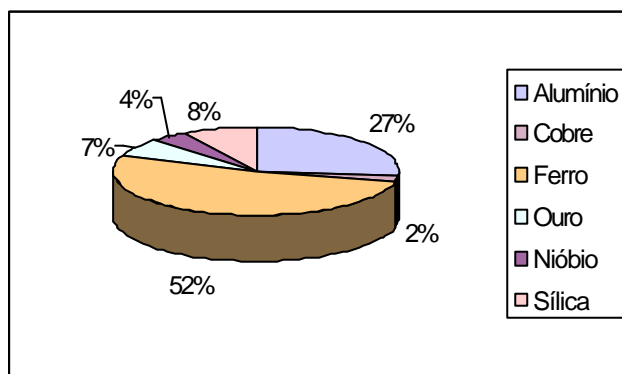
EXPORTAÇÃO DO SETOR MINERAL - 1999

Bens Primários



Manufaturados, Semimanufaturados e Compostos Químicos

- Gráfico 1 -



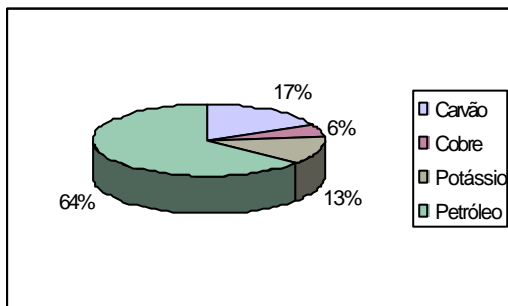
Quanto às importações, o DNPM registrou que as mesmas declinaram, passando de US\$ 9.945 milhões em 1998, para US\$ 9.560 milhões em 1999, reduzindo-se em 3,9%. Os gastos com o petróleo atingiram US\$ 2,1 bilhões, o que representou 20% dos dispêndios totais com as importações e mais de 50% do grupo dos bens primários. Além desse produto, são destaques no segmento dos

bens primários : o carvão mineral, com participação de 14,5%, mesmo com uma redução de dispêndios; o potássio participando com 10,7%, que diminuiu suas compras em 3,0%; e o cobre, aumentando a sua participação e suas compras em 6% e 27%, respectivamente.

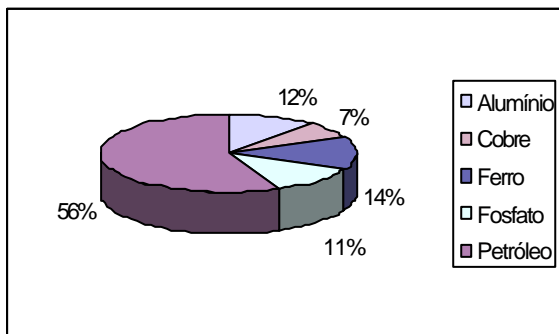
As importações de semimanufaturados, manufaturados e compostos químicos atingiram US\$ 5,450 milhões e são mostradas nos gráficos a seguir com as respectivas substâncias preponderantes (os gráficos desconsideram o valor de outras substâncias minerais).

IMPORTAÇÃO DO SETOR MINERAL - 1999

Bens Primários



Manufaturados, Semimanufaturados e Compostos Químicos



7. CONCLUSÕES

De posse dos dados obtidos até então, podemos concluir que:

Embora representando 36% do território da América do Sul, o país tem recebido somente 5% dos investimentos em exploração mineral do continente.

Os recursos internacionais para a mineração “encolheram” e o Brasil é considerado menos prioritário do que alguns de seus vizinhos do Andes - região de solo comprovadamente fértil, do ponto de vista mineral.

Em relação ao minério de ferro, é incontestável a importância da indústria extrativa no Brasil, tanto no volume da produção quanto nos investimentos, na geração de divisas e no recolhimento de impostos. Apesar de todas estas benéficas para o país, o preço ainda é muito baixo no mercado externo e a extração mecanizada utiliza pouca mão-de-obra. Esta falta de incentivos à mineração e a pesada carga tributária incidente sobre a mesma inibem os investimentos no setor e colocam os minerais brasileiros exportados em desigualdade na concorrência internacional.

Para que estes problemas no comércio exterior fossem minimizados, algumas diretrizes são apresentadas para melhorar a sua competitividade no mercado globalizado :

- financiamento às exportações, principalmente, das pequenas e médias empresas, com a criação do sistema de financiamento semelhante ao PROEX - Promoção às Exportações
- incentivar a exportação de produtos com maior valor agregado, afim de gerar mais empregos e outros benefícios ao país e
- viabilizar as exportações de minério de ferro dos pequenos e médios produtores solucionando o problema do transporte até o porto de embarque.

8 - BIBLIOGRAFIA

- BARBOZA, F.L.M.** **The mineral economy of Brazil.** In: The first internacional symposium on mining and development. Proceedings. Campinas, IG/ UNICAMP, 1995.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL.** Brasília, 1990 /1999
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia.** Departamento Nacional da Produção Mineral, **Anuário Mineral Brasileiro, Brasília, 1972 - 2000**
- FERREIRA, Gilson Ezequiel.** **A competitividade da mineração nacional.** São Paulo, 2000.
- GONÇALVES, R.** **Ô abre-alas do comércio internacional: a nova inserção do Brasil na economia internacional.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- GONÇALVES, R.; BAUMANN, R.; PRADO, L.C.D.; CANUTO, O .** **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira.** 2.ed. Rio de Janeiro, Campus, 1998.
- MENDONÇA, A . 1.** **Aspectos teóricos do comércio internacional.** In: ROMÃO, A . , coord. Comércio e investimento internacional. Lisboa: ICEP. , 1997.
- MENDONÇA, A. I.** **A teoria clássica.** In: ROMÃO, A . , coord., Análise do comércio internacional. Lisboa, ISEG- Instituto Superior de Economia e Gestão, p.9-46, 1992. (Coleção Estratégia de Exportação).
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento.** Relatório para o desenvolvimento humano em 1999. Nações Unidas 1999.

ROMÃO, A ., VI. A Competitividade internacional. In: ROMÃO, A ., coord., *Análise do comércio internacional*. Lisboa,1992.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Competitiveness in the World*. Boston,:WEF, 1999.